

MAQUIAVEL E GETÚLIO VARGAS: ESTRATÉGIAS DE PODER NA POLÍTICA BRASILEIRA

Maria de Lourdes Alves de Arantes Pereira

Graduação em Letras e Magisterio.

maria.pereira@professor.educacaoararas.sp.gov.br

Marcia Maria Medeiros de Carvalho

Graduação em Bacharelado em Administração e

Licenciatura em pedagogia.

medeiros-marcia@hotmail.com

Ana Cláudia Junqueira Andrade

Licenciatura em Arte.

anaclaudiajunqueiraandrade@gmail.com

Joelma Gomes da Purificação Silva

Graduação Normal Superior.

joia.gomes@hotmail.com

Natália Regina da Silva Gomes

Licenciatura em Pedagogia

documentos.natalia@outlook.com

Resumo

Este artigo discute o conceito de poder a partir das interpretações equivocadas atribuídas a Maquiavel e sua obra O Príncipe. Embora o termo frequentemente seja associado a práticas manipuladoras e violentas, Maquiavel defendia uma política baseada no realismo e na preservação do Estado, e não na imoralidade. Sua visão racional e inovadora buscava compreender a dinâmica do governo, e não afastar ética e política por completo. A análise relaciona essas ideias ao governo de Getúlio Vargas, que, durante o Governo Provisório (1930–1934), centralizou autoridade, criou novos ministérios e limitou a autonomia dos

estados. Paralelamente, implementou reformas trabalhistas, como a CLT, consolidando apoio popular e caracterizando um estilo de governo populista. Assim, o texto evidencia como o poder, sob diferentes perspectivas históricas, pode servir tanto para reorganizar o Estado quanto para conquistar legitimidade social.

Palavras-chave: Governo, Maquiavel, Getúlio Vargas.

Introdução

A sociedade contemporânea enfrenta diversos desafios sociais, políticos e econômicos que, de forma direta ou indireta, despertam reflexões sobre a origem, o uso e a manutenção do poder. Esse tema, tão presente nas discussões atuais, não é algo novo: acompanha a humanidade desde os primeiros modelos de organização social. Falar sobre poder é falar sobre relações humanas, interesses, estratégias, conflitos e decisões que moldam o cotidiano de uma nação. Por isso, compreender como o poder se manifesta e se sustenta é fundamental para analisar a dinâmica da vida em sociedade.

Neste trabalho, buscamos refletir sobre o poder a partir da relação entre duas figuras históricas marcantes: Getúlio Vargas, um dos líderes mais influentes da história política brasileira, e Nicolau Maquiavel, filósofo renascentista considerado o precursor da ciência política moderna. Embora separados por séculos, seus pensamentos e práticas se conectam quando observamos como ambos enxergavam e trabalhavam a questão do poder.

Primeiramente, apresentaremos uma visão geral sobre a trajetória de Getúlio Vargas, destacando os principais acontecimentos de sua vida política e a forma como conduziu o governo durante o período do Estado Novo. Em seguida, exploraremos algumas ideias fundamentais de Maquiavel, especialmente aquelas presentes em *O Príncipe*, obra em que ele discute como o governante deve agir para conquistar e manter o poder. Por fim, estabeleceremos uma relação entre as práticas de Vargas e os ensinamentos

maquiavelianos, analisando de que maneira o líder brasileiro pode ser compreendido à luz dessas teorias.

A escolha desse tema não se limita a uma análise histórica. Estudar Vargas e Maquiavel significa compreender como o poder é construído e exercido, e como essas ações impactam diretamente a vida das pessoas. Também nos permite refletir sobre o papel do governante e do cidadão na transformação da sociedade. Assim, este trabalho tem como objetivo ampliar o entendimento sobre a arte de governar, apresentando elementos históricos, políticos e filosóficos que ajudam a interpretar não apenas o passado, mas também a realidade atual.

Desenvolvimento: discussão e resultados

Maquiavel buscou assumir o papel de um dos mais importantes analistas políticos de seu tempo. Ao escrever *O Príncipe*, seu principal objetivo era refletir sobre meios eficazes para unificar a Itália, que naquele período permanecia fragmentada em diversos principados. A obra funciona como um verdadeiro manual político, descrevendo estratégias necessárias para conquistar e, principalmente, manter o poder, garantindo a estabilidade do Estado.

Com sua experiência como chanceler da República de Florença, Maquiavel observou de perto o funcionamento dos reinos e as disputas políticas. Ele percebeu que, ao longo da história, sempre existiram homens movidos pela sede de poder, capazes de agir de todas as formas para alcançá-lo e preservá-lo.

Assim, reconhece que, na dinâmica política, inevitavelmente existirão dominadores e dominados. Por essa razão, o príncipe deve saber manejar aliados e enfrentar inimigos com habilidade. Como afirma Stratern: “É melhor para um líder inspirar ao mesmo tempo amor e ódio” (STRATERN, 2000, p. 48).

Para Maquiavel, o sucesso ou fracasso de um governante é determinado pelas interpretações e pelos resultados de suas ações políticas. Dessa maneira,

o bem e o mal não se excluem mutuamente, mas se entrelaçam no cotidiano do poder, dependendo da finalidade e do contexto.

O governante não pode se limitar por princípios éticos ou religiosos, pois sua responsabilidade maior é preservar a unidade e a força do Estado. Nesse sentido, Bath destaca a visão maquiaveliana: “Amo mais o Estado do que minha alma” (BATH, 1980, p. 15).

Dois conceitos fundamentais para compreender o pensamento de Maquiavel são virtù e fortuna. A virtù representa a capacidade humana de compreender a realidade política e agir com firmeza e inteligência nas circunstâncias certas. Segundo Maquiavel, os grandes líderes devem possuir essa qualidade, que envolve habilidade, coragem, estratégia e domínio emocional características essenciais para lidar tanto com aliados quanto com adversários, mesmo que isso exija afastar-se de valores morais tradicionais. Bath complementa essa visão ao afirmar: “Maquiavel entendeu a virtù como sendo essencialmente um dom masculino e a fortuna como feminina” (BATH, 1980, p. 53).

Já a fortuna diz respeito ao elemento externo, imprevisível, que não depende da vontade humana. Ela pode trazer desastres, mas também pode favorecer os governantes que saibam aproveitar suas oportunidades. Para Maquiavel, a fortuna não é apenas destrutiva; ela pode se tornar uma aliada quando encontra um príncipe preparado, capaz de transformá-la em vantagem.

As referências do maquiavelismo na política de Vargas.

Para iniciarmos a discussão dos tópicos, é necessário compreender e justificar as atitudes de Getúlio Vargas, especialmente no que diz respeito às estratégias utilizadas para se manter no poder. Para fundamentar essa análise, recorreremos ao pensamento de Maquiavel, um dos maiores expoentes da filosofia política.

Como afirma Chauí, “Em diferentes e, muitas vezes, contrárias, as obras políticas medievais e renascentistas operam num mundo cristão. Isso significa

que, para todas elas, a relação entre política e religião é um dado de que não podem escapar” (CHAUÍ, 2012, p. 338). Na história da reflexão política, Maquiavel representa um marco fundamental por ter sido o primeiro a descrever detalhadamente o que é a atividade política, rompendo com tradições antigas que discutiam apenas o que ela deveria ser. Segundo Sforza, “Ele, a mais poderosa mentalidade de estadista do seu tempo, queria ser conhecido antes de qualquer coisa como poeta do que pelas suas obras políticas” (SFORZA, 1965, p. 162).

Maquiavel desenvolve uma análise psicológica e empírica do comportamento político, aspecto que destaca sua relevância, pois busca compreender as ações humanas no exercício do poder. Em *O Príncipe*, sua abordagem é inteiramente desvinculada de pressupostos moralistas; para ele, o governante que tenta agir de forma sempre virtuosa enfraquece-se diante de um mundo repleto de pessoas que não agem moralmente. Assim, para manter-se no poder, o governante deve aprender a agir de maneira não totalmente ética quando a situação exigir. É por isso que o termo “maquiavélico” passou a ser associado a ações políticas desvinculadas de compromissos éticos, orientadas prioritariamente pela busca e conservação do poder.

A partir dessas premissas, analisaremos alguns aspectos que indicam que Getúlio Vargas soube agir de forma maquiavélica não no sentido pejorativo do termo, como se buscasse o mal, mas no sentido de utilizar estratégias políticas para preservar sua liderança e consolidar seu poder.

Os políticos do congresso começavam agora a sentir as possíveis implicações dos movimentos de Vargas. Tendo Estado continuamente a dar a Getúlio Vargas poder de emergência contra a esquerda, perceberam que a sua própria sorte nas eleições dependia de um

executivo mais maleável”. (THOMAS, 1969, p 46).

Dessa forma, Vargas direciona suas ações de modo que seus interesses pessoais se confundem com os do próprio Estado, colocando-se, muitas vezes, no mesmo patamar ou até acima da instituição que deveria representar. Assim, sua vontade política ganha força e se concretiza diretamente na condução do país.

Maquiavel, por sua vez, analisa o papel do governante a partir da eficácia de suas ações e do impacto que elas exercem sobre a sociedade, sem recorrer a juízos morais, religiosos ou doutrinários. Seu olhar, profundamente realista e objetivo, rompe com tradições anteriores e inaugura as bases da ciência política moderna. Para ele, a compreensão do poder não deve estar atrelada a ideais abstratos, mas sim às práticas concretas que moldam a vida política.

Ao estabelecer uma relação direta entre o homem e a natureza, Maquiavel coloca a prática e não a moral como fundamento da ação humana. Dentro dessa perspectiva, o governante tem uma missão central: defender a pátria, buscar sua grandeza, preservar sua liberdade e conquistar glória por meio de suas decisões. Essas ideias ajudam a compreender como Vargas, ao longo de seu governo, adotou estratégias que ecoam profundamente o pensamento maquiaveliano, priorizando a estabilidade do Estado e sua permanência no poder.

Valor supremo à autoridade do Estado, e considerado a devoção integral à Pátria como finalidade da vida humana; trata-se de uma concepção políticas em que se encontra a raiz das ideologias totalitárias, que não reconhecem a existência de valores éticos e jurídicos, superiores à vontade do Estado”. (BATH, 1980, p. 26)

Para isso, ação de Vargas durante o seu primeiro governo parece ter sido uma ininterrupta uma série de concessões e submissão, interesses de terceiros para apenas

conseguir manter-se no poder no Estado. Para Getúlio, o mais importante consistia na manutenção da ordem, numa situação em que pudesse ser atendida a formulação castilhistas defensora dos poderes. Segundo Nascimento, “mais amplos poderes de governo ao Presidente do Estado”. (NASCIMENTO, 1992, p. 24) Getúlio Vargas como Maquiavel, considera o Estado como o valor supremo e a justificar todas as ações do governante, por mais cruéis e imorais que sejam, desde seu pensamento político pretendia ensinar a técnica que devia ser empregada para a formação de um Estado grande, monárquico ou republicano, cujos interesses tudo devia ser sacrificado em benefício do bem comum.

Sobretudo, Vargas mostrou este pensamento do bem comum o qual se realiza no nacionalismo político e econômico.

Era um anseio mais profundo manifestado na Constituição de 1934, ou seja, ela mostrou muitas vezes através de seus artigos, leis, decretos e medidas que esse anseio se originava diretamente do povo, da sua vontade e esperança de ter para si o país em que vivia”. (NASCIMENTO, 1992, p. 22)

A política maquiavélica de Getúlio Vargas

Na visão de Maquiavel, o Estado não deve dedicar-se à moral ou à religião como pilares orientadores de sua atuação. Isso não significa que ele negasse a existência ou a importância desses elementos na sociedade, mas sim que os considerava forças sociais autônomas, capazes de encontrar seu próprio lugar e equilíbrio dentro da estrutura política.

Para Maquiavel, o governo deve concentrar-se na manutenção da ordem, na estabilidade e na eficácia do poder, deixando que valores morais e religiosos se organizem e coexistam de acordo com a dinâmica social. Dessa forma, ele separa claramente a função do governante das exigências éticas e espirituais, defendendo que

o Estado deve agir de forma prática e objetiva, guiado pelas necessidades reais do contexto e não por princípios abstratos.

Podemos perceber esta ideia de Maquiavel em Getúlio Vargas, quando por ocasião da investidura dele como chefe do governo provisório, o general Tasso Fragosso observou que os militares haviam decidido intervir, movidos pelo desejo de que os brasileiros não continuassem derramando o seu sangue pela vitória de uma causa que não era a da consciência nacional. Por que a estrutura social e as forças políticas do Brasil não sofreriam mudança da noite para dia. E as lutas políticas continuam bastante intensas (às vezes violentas) nos anos imediatamente posteriores à tomada do poder pelas forças políticas e militares lideradas por Getúlio Vargas, para é na conduta dos homens, especialmente dos governantes, contra a qual não há recurso, os fins justificam os meios para estar no poder. Portanto, se um governante pretende conquistar e manter o poder, os meios empregados serão sempre tidos como honrosos e elogiados por todos (NASSETTI, 2002, p. 66-104)

É possível perceber o pensamento de Maquiavel refletido nas estratégias adotadas por Getúlio Vargas, especialmente no período em que enfrentou a resistência política de São Paulo. Vargas agiu de forma calculada ao escolher cuidadosamente seus aliados, garantindo o apoio dos líderes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul ao argumentar que a movimentação paulista não traria benefícios a esses estados. Mais decisivo ainda foi assegurar o respaldo das forças militares, que permaneciam majoritariamente fiéis a ele, exceto por alguns comandantes isolados em regiões distantes, como Mato Grosso.

Seu objetivo central era conter a afirmação política de São Paulo, que, em 1930, possuía forças militares muito superiores às tropas federais ali instaladas, superando-as na proporção de dez para um militar treinado. Ainda que muitas dessas milícias atuassem mais como policiamento local do que como exército regular, representavam um poder significativo que ameaçava o monopólio da força elemento essencial para qualquer governo central.

Sob essa perspectiva, Vargas agiu de forma bastante maquiavélica. Para Maquiavel, o governante deve buscar conselhos apenas quando desejar,

desencorajando manifestações de opinião não solicitadas, de modo a manter o controle total sobre suas decisões.

Sua análise política parte da experiência concreta e dos ensinamentos da história, indicando ao príncipe os comportamentos adequados para conquistar e preservar o poder. Foi exatamente essa postura que Vargas adotou diante do conflito com São Paulo durante a Revolução Constitucionalista: agiu estrategicamente, limitou espaços de oposição e reforçou sua autoridade.

Além disso, Maquiavel afirma que o governante deve permitir que todos os cidadãos tenham o direito de acusar publicamente os outros, punindo com severidade os caluniadores, já que a eles é dada a oportunidade de fazê-lo abertamente. Getúlio Vargas, no entanto, enfrentava um cenário em que buscava transformar sua imagem de ditador em político democrático, enquanto seus adversários históricos trabalhavam intensamente para desestabilizar esse esforço e comprometer sua credibilidade pública.

O principal jornal de São Paulo (O Estado de S. Paulo), por exemplo, nunca se referia a Getúlio pelo nome, mas apenas como o “ex-ditador”, e tinha um público receptivo. Getúlio, nunca fora especialmente popular em São Paulo, ainda tinha a imagem da figura maquiavélica que havia traído a democracia em 1937”. (SKIDMORE, 1969, p.186).

Vargas também enfrentava a rejeição de vários caciques políticos que perderam espaço e influência no governo federal durante o período de sua ditadura. Ainda assim, conseguiu, em certa medida, reconstruir sua imagem pública. Apesar das resistências, obteve relativo sucesso ao suavizar a percepção de autoritarismo que marcara sua trajetória. Sua personalidade naturalmente afável contribuiu para esse processo, pois ele soube explorar a conhecida tendência brasileira de relevar conflitos passados sob a lógica de que “águas passadas não movem moinhos” especialmente no campo político.

Assim, Vargas utilizou sua habilidade de articulação e carisma para minimizar desgastes e manter presença ativa no cenário nacional, mesmo após anos de governo centralizador.

O estilo maquiavélico de Getúlio Vargas

Segundo Maquiavel, quem pretender ou tentar reformar o governo de um Estado, e quiser ver a sua reforma aceita e ainda capaz de se manter contentando a todos, de modo particular que pareça ao povo que elas sejam inteiramente diferentes, para ser melhores que as atuais.

Getúlio Vargas tinha uma compreensiva simpatia até mesmo por aqueles intelectuais que considerava politicamente oportuno perseguir. Como Jorge Amado, falando sobre a repressão durante o Estado Novo confesso que, na única ocasião em que se encontrou com Vargas, imediatamente após sua deposição em 1945, ficou surpreso com a profundidade de seu conhecimento sobre literatura brasileira moderna (seu autor favorito era José Lins do Rego) e, diz Jorge Amado, sua impressão foi de uma personalidade inteligente e muito agradável". (HALLEWELL, 1985, p. 36).

No entanto, Maquiavel destaca repetidamente em seus escritos que nem mesmo uma grande união entre Estados, por mais bem organizada que seja, consegue impedir o surgimento de crises periódicas ou processos de decadência interna. Para ele, a estabilidade de um Estado não depende apenas de sua estrutura institucional ou de sua aparência de ordem; exige algo mais profundo, relacionado à força moral, à disciplina coletiva e à capacidade de renovação política.

Maquiavel observa ainda que os Estados de caráter popular, embora possam permanecer estáveis por algum tempo, raramente têm longa duração. Geralmente sobrevivem apenas pela geração que os fundou, pois tendem a se deteriorar rapidamente. Esse declínio ocorre porque tais Estados, segundo ele, acabam sucumbindo à licenciosidade um excesso de liberdade que se transforma em desordem prejudicando tanto os interesses públicos quanto os privados.

Assim, Maquiavel reforça a ideia de que a vitalidade de um governo depende menos do regime adotado e mais da capacidade de manter a disciplina, o equilíbrio e a autoridade necessários para preservar o bem comum.

Por isso mesmo considera-se que Vargas preferia governar mais pela conciliação a o domínio férreo, procurando sempre se aproximar e conquistar seus inimigos políticos, ainda que para isso tivesse de preterir um amigo ou parcialidade na distribuição de cargos” (NASCIMENTO, 1992, p. 26).

A tradição interpretativa de Maquiavel aponta que o governante deve buscar ser amado e respeitado pelos seus governados. Como destaca Chauí, “o príncipe não pode ser odiado. Isso significa, em primeiro lugar, que deve ser respeitado e temido, o que só é possível se não for odiado” (CHAUÍ, 2012, p. 396). Essa orientação expressa a preocupação de Maquiavel com a manutenção da autoridade: o governante pode até ser temido, mas jamais deve despertar ódio, pois este gera instabilidade e ameaça direta ao poder.

No caso de Getúlio Vargas, sua permanência no poder era frágil e dependia intensamente de sua habilidade política. Vargas precisou dominar a arte de negociar, ceder quando necessário e distribuir benefícios inclusive aos seus adversários para garantir apoio e neutralizar resistências. Sua governabilidade estava constantemente submetida a um emaranhado de interesses, disputas internas e vantagens já consolidadas na estrutura política brasileira.

Assim, qualquer tentativa de mudança profunda frequentemente se diluía ou era sufocada por essas forças, revelando o quanto seu poder exigia habilidade constante de articulação, exatamente como Maquiavel descreve ao tratar da delicada relação entre governante e governados.

Vargas foi um mestre da conciliação: todos os seus inimigos, decorrido certo prazo, se transformam em seus amigos e partidários”. Recebe seus ex-inimigos enraizado como se os tivesse esperado, como amigos velhos, aceita a sua colaboração, confere-lhes responsabilidade sem desconfiança. Afirmou a Emil Ludwig: “eu não tenho nenhum inimigo do qual não possa amanhã me tornar amigo” (NASCIMENTO, 1992, p.26-27).

A noção de “dever”, em Maquiavel, ao se desprender de seu caráter ético tradicional, passa a significar a obrigação do governante de buscar, acima de tudo, o bem da comunidade política, e não interesses particulares. Enquanto a normatividade ética decorre de uma exigência inerente à própria condição humana, a normatividade política, na visão maquiaveliana, emerge da vontade soberana do Estado, que estabelece o que deve ou não ser feito para garantir sua própria conservação.

Nesse sentido, pode-se afirmar que Getúlio Vargas procurou frequentemente realizar a “vontade do Estado soberano”. A facilidade com que o Congresso lhe concedeu poderes de emergência reforçava seu projeto de construção de um regime autoritário, capaz de neutralizar dívidas políticas e eliminar forças opositoras.

Pretendia, assim, manter-se com mãos livres para executar a “reorganização” do Brasil conforme seus próprios critérios e estratégias. Quando utilizamos a expressão “poder maquiavélico” para caracterizar determinadas práticas políticas, referimo-nos justamente à capacidade do governante de agir nos bastidores, de forma discreta e

calculada, ocultando de seus adversários e até dos cidadãos comuns suas intenções mais profundas e seus objetivos reais.

Nesse aspecto, Vargas tornou-se um exemplo emblemático de liderança que operava na sombra, articulando alianças, distribuindo concessões e preservando seu poder mediante ações que não eram sempre visíveis ou transparentes ao público.

Os quais afirmam que os fins justificam os meios e usa meios imorais, violentos e perversos para conseguir o que quer que dá as regras do jogo, mas fica escondidas, esperando que os jogadores causam a si mesmos sua própria ruína e destruição”. (CHAUI, 2012, p. 395).

Vejamos que uma das características de saber agir do ser de Getúlio Vargas era procurar sempre mascarar seus atos e suas intenções com declarações que representavam exatamente o contrário daquilo que pensava ou pretendia fazer. Logo depois que se pilhou eleito pela assembleia, fez declarações à imprensa e lançou um manifesto à Nação, dizendo que absolutamente não fazia questão alguma que precisava descansar. Essa tecla foi batida até o fim de sua vida, embora já no fim ninguém mais o levasse a sério, que mesmo tivesse entrado para o anedotário do povo. Na obra Presidente Vargas, escrita, por sua ordem, por um mercenário imigrante, consta à pagina 316 da versão em português a seguinte declaração de Vargas, logo depois de haver sido eleito em 1934.

Numa me seduziram as regalias do poder. Aceitado a indicação do meu nome pela assembleia constituinte curvei-me ante o dever de completar esboçado nestes três últimos anos, pois outros propósitos não podiam ter sabe das

agruras e inquietudes peculiares à vida pública”. (HENRIQUES, 1958, p. 273).

A personalidade Maquiavel de Getúlio Vargas.

Durante o primeiro semestre de 1937, Vargas pôs em prática uma dupla astúcia: por um lado, parecia cooperar com preparativos para a campanha presidencial, negociado com líderes estaduais; contudo, ao mesmo tempo, trabalhava por isolar a mais dispersa dentre os mesmos.

Vargas era uma personalidade estranha e enigmática, cuja aparência física pouco atraente (ele era um homenzinho baixo e gordo) e maneiras tipicamente despretensiosas na verdade ocultavam uma férrea firmeza de propósitos, associadas a um maravilhoso talento para a política e extraordinárias habilidades táticas: um diplomata colombiano anônimo, citado por Afonso Arinos em “A alma do tempo”, disse que “Vargas é espiritualmente o filho de uma índia com um Jesuíta”. Apenas quatro anos antes de ele se tornar presidente, o embaixador britânico o desestimava ao dizer que Vargas não passava de mais uma “mediocridade provinciana”, e ninguém parece ter, de início, encarado sua presidência dificuldade como algo provisório em um momento imediatamente pós-revolucionário. Seja como for, embora até mesmo a pessoas tão íntimas como Oswaldo Aranha ele desse a impressão de

ser tão inocente quanto “Cristo entre os ladrões”, Vargas conseguiu chegar a uma posição mais forte que a de qualquer outro presidente desde Floriano Peixoto, e manteve-se no posto mais tempo do que qualquer governante brasileiro desde D. Pedro II”. (HALLEWELL, 1985, p.367).

A despeito de certa imodéstia, Vargas tinha razão ao destacar seu domínio magistral da psicologia brasileira como um de seus maiores trunfos políticos. Visitantes estrangeiros durante o Estado Novo como o jornalista John Gunther e o constitucionalista Karl Loewenstein ficaram impressionados com a forma como o poder de Getúlio se apoiava, em grande parte, em sua habilidade camaleônica de ajustar-se às circunstâncias e personificar o caráter nacional. Conforme observa Skidmore, “Seus inimigos exasperados rotularam-no de ‘maquiavélico’. Essa denominação era exata, e a própria pessoa de Vargas também a teria achado lisonjeira” (SKIDMORE, 1969, p. 61).

Na cultura política brasileira, os termos “maquiavélico” e “maquiavelismo” costumam evocar a imagem de alguém extremamente poderoso, perverso, sedutor e manipulador, capaz de conduzir pessoas a fazer exatamente o que deseja, mesmo que isso as destrua. Em sentido vulgar, tais termos são muitas vezes associados ao diabólico. Sob essa ótica, é compreensível que as práticas políticas de Vargas caracterizadas por articulações discretas, manipulação de bastidores e cálculo estratégico fossem interpretadas como expressão desse “estilo maquiavélico”.

A Revolução Constitucionalista de 1932, por exemplo, representou para Vargas uma lição profunda. O conflito evidenciou que uma postura abertamente autoritária poderia precipitar o país em uma guerra civil de consequências imprevisíveis tanto para o detentor do poder quanto para seus aliados. Diante disso, tornava-se imperativo mudar de tática. Era necessário que o regime democrático fosse restabelecido, naturalmente sob sua própria liderança. Uma vez reinstalada a democracia, iniciaria-se

uma campanha insidiosa e sutil de desgaste do próprio regime, criando o ambiente propício para novas investidas autoritárias.

Nesse processo, caberia ao chefe de Estado elaborar estratégias cuidadosamente calculadas, capazes de acionar as Forças Armadas contra o Congresso no momento oportuno. Assim, a preservação e o alargamento de seu poder dependiam não apenas de medidas institucionais, mas também de uma habilidade extraordinária de manipular percepções, alianças e tensões políticas um modo de agir que, para muitos observadores, justificava plenamente a alcunha de “maquiavélico”.

Que a parte sã das forças armadas fosse, por sua vez, atirada contra os militares aproveitadores e ambiciosos metidos na política, e finalmente, que os civis fossem atirados contra os militares, e civis contra civis, num pandemônio que justificassem o fechamento do Congresso e a decretação de estado de guerra. A execução desse plano levou três anos e culminou o golpe de Estado de 1937”.
(HENRIQUES, 1958, p.275).

O amparo da classe trabalhadora no governo de Getúlio Vargas.

Para Maquiavel faz-se, pois, necessário que um governo, para continuar no poder, aprenda a não ser bom e siga ou não regra conforme a necessidade do povo.
(MAQUIAVEL, 2003, p.101).

Pois bem, é nesse contexto que durante o Estado Novo, Vargas cria a Constituição de 1937 que fixou as diretrizes da política social e trabalhista que passaria a vigorar no país. Nesta Constituição foram confirmados direitos trabalhistas firmados na Constituição de

1934, como salário mínimo, férias anuais e descanso semanal, e foi também mantida a justiça do Trabalho. Houve neste momento, uma alteração importante: o princípio de unicidade sindical foi restabelecido, ou seja, apenas os sindicatos legalizados poderiam defender os direitos da categoria que representavam perante o Estado. Neste momento também a greve foi proibida, passando a ser considerado recurso anti-social, atentando contra o trabalho, o capital é incompatível com os interesses da nação. Para garantir o apoio dos trabalhadores assim se continuar no poder conforme a necessidade, isto é, ser verdadeiramente maquiavélico, como assim o fez Getúlio Vargas. Sobretudo podemos perceber que o primeiro alvo corporativismo de Getúlio foi o trabalhismo”. (SKIDMORE, 1969, p.165).

Assim, podemos falar que Vargas usou seu poder de seduzir os trabalhadores principalmente na criação e Consolidação das Leis do Trabalho CLT que foi aprovada no dia 1º de maio de 1943 e reunia e sistematizava o conjunto de leis trabalhistas, produzidas a partir de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. O 1º de maio, não é por acaso, desde o início de seu governo, passou a ser um espaço para Vargas anunciar todas as medidas trabalhistas, isto para marcar sua figura como alguém extremamente caridoso com a classe trabalhadora, apesar do regime ditatorial imposto pelo seu governo.

Em suma, o Estado Novo configurou-se como um regime híbrido, sem depender de apoio popular organizado e destituído de uma base ideológica consistente. Na verdade,

tratava-se de uma estrutura política moldada segundo os interesses e a visão pessoal de Getúlio Vargas.

Embora envolto em um discurso corporativista, o Estado Novo era, essencialmente, uma construção profundamente personalista, voltada para permitir que Vargas conduzisse, em benefício próprio, o processo de mudanças sociais e o crescimento econômico do Brasil.

Sem dúvida, Vargas projetou-se como um líder carismático, responsável por garantir aos trabalhadores um conjunto de direitos e proteções especialmente por meio das leis trabalhistas que promulgou.

Todavia, esse mesmo líder que ampliou garantias sociais também restringiu a liberdade sindical e o direito de greve, limitando a autonomia dos trabalhadores. Esses aspectos, embora fundamentais, nem sempre receberam a devida atenção por parte dos próprios operários, em grande medida devido à habilidade política de Getúlio.

Conclusão

A análise da trajetória política de Getúlio Vargas revela que sua atuação dialoga diretamente com os princípios fundamentais do pensamento de Maquiavel. Assim como o autor renascentista defendia que o governante deve compreender a dinâmica do poder, adaptar-se às circunstâncias e agir conforme as necessidades do Estado, Vargas demonstrou, ao longo de sua vida pública, domínio singular da conjuntura nacional e profunda habilidade em manipular forças sociais, militares e políticas.

Seu governo, especialmente no período do Estado Novo, evidencia um uso estratégico do poder, marcado pelo personalismo, pela centralização e pela construção de uma imagem capaz de conciliar autoridade e aceitação popular.

A combinação entre carisma e cálculo político ora conciliador, ora implacável permitiu que Vargas mantivesse o controle mesmo em momentos de crise, reafirmando a ideia maquiaveliana de que o governante eficaz deve ser ao mesmo tempo temido e, sempre que possível, amado, mas jamais odiado.

Apesar das garantias sociais e trabalhistas concedidas aos operários, seu governo também restringiu liberdades e limitou a autonomia sindical, revelando a tensão permanente entre proteção e controle, tão característica dos regimes autoritários.

Vargas, ao conduzir o país por caminhos que alternavam democracia, ditadura e conciliação, estabeleceu uma forma de governar que expressava, em grande medida, a essência prática da política segundo Maquiavel: a manutenção do poder como eixo central da ação estatal. Assim, a figura de Getúlio Vargas permanece como uma das mais complexas da história brasileira líder amado e temido, estrategista habilidoso, símbolo de avanços sociais e, ao mesmo tempo, de práticas autoritárias.

À luz de Maquiavel, sua atuação ilustra de maneira exemplar a distância entre a política ideal e a política real, e evidencia como a compreensão da natureza humana, das circunstâncias e da estrutura do poder pode definir o sucesso ou o fracasso de um governante.

Referência Bibliográfica

BATH, Sérgio. Maquiavel um seminário na Universidade de Brasília. Universidade de Brasília. 1980.

BRUGGER, Walter. Dicionário de Filosofia. Pedagógica e Universitária. 1987.
CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. Ed. Ática. 2012.

FARIA, Antonio Augusto. DE BARROS, Edgard. Getúlio Vargas e sua Época. 2º Ed. Global. 1983.

HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil. Da universidade de São Paulo. 1985
HENRIQUES, Affonso. Ascensão e Queda de Getúlio Vargas. Record. 1958.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Germape Ltda. 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe coleção. Os pensadores. 2 ° Ed. Abril Cultural. 1979. NASCIMENTO, Benedito Heloiz. Pensamento e atuação de Vargas. Vozes cultura. 1992. NASSETTI, Pietro. O Príncipe comentado por Napoleão Bonaparte. Martins Claret. 2002.

STRATERN, Paul. Maquiavel em minutos 90. Jorge Zahar.200. SFORZA, Conde Carlo. O pensamento vivo de Maquiavel. Martins. 1965. SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Saga S.A. 1969